



2. Ética em Economia e Negócios Internacionais (2ª parte)





Questões:

- Como é que o mundo é governado sem a existência de um governo mundial?
- O que considerar para as normas formais e informais, códigos de conduta, assim como para regulamentar e vigiar o cumprimento?

Global Governance:

- Designação que surgiu numa publicação de James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel's datada de 1992. Trata-se de uma colecção de ensaios intitulada *Governance without Government*.
- Em 1995:
 - criado o relatório da Comissão on Global Governance, *Our Global Neighbourhood*,
 - 1ª edição da revista *Global Governance*.



O conceito de *Global Governance*

Perspetiva tradicional – associada a governo, ou a autoridade política, a instituições, e a controlo.

Neste sentido, *Governance* designa as instituições políticas formais que têm como objetivo coordenar e controlar as relações de interdependência social, possuindo igualmente a capacidade de fazer cumprir as decisões.



Perspetiva mais recente – *Global Governance* como regulação das relações de interdependência na ausência de uma autoridade política abrangente.

- Mecanismos formais (leis, normas, códigos);
- Mecanismos informais (coligações, por exemplo);
- Instituições e práticas para gerir assuntos coletivos (organizações intergovernamentais, organizações civis, entidades privadas).



***Global governance* pode então, ser definida como**

o conjunto de leis, políticas e instituições que definem e constituem as relações entre estados, culturas, cidadãos, organizações intergovernamentais e não-governamentais, e o mercado.

A **ONU** como a organização considerada mais *legítima* e com mais potencial de expansão.



É a organização mais capaz de desenvolver uma diplomacia multilateral e uma ação coletiva para resolver problemas partilhados por muitos estados.

Vantagens na existência de instituições de *Global Governance*:

- Criam normas e informação que habilitam os estados membros e outros atores a coordenar os seus comportamentos de forma benéfica.
- Reduzir custos de transacção através da credibilidade e ultrapassando problemas de compromisso; providenciando bens públicos, incluindo regras e a resolução pacífica de conflitos.



Qualquer modelo de *Global Governance* pode ser definido por um conjunto de características:

1ª – Quem governa?

2ª – Qualquer sistema de *governance* concentra autoridade a um particular nível ou níveis de *governance*.



3ª – As características institucionais da *Global Governance* podem variar ao longo de um número de dimensões, designadamente:

- centralização (um centro para o *global governance* numa área particular mais do que instituições concorrentes)
- legalização (o grau de obrigação implicado nos compromissos institucionais)
- delegação (trata-se do grau de delegação da autoridade pelos principais para uma organização).



4^a – A *Global Governance* tem de apresentar objectivos específicos e estratégias.

➔ Ambos irão influenciar o local da *governance* e as características institucionais.



DEPOIS DE 1945 – Modelo Intergovernamental

1 - Quem governa?

Multilateralismo e intergovernamentalismo

Mas



2 - Locais de governo: fraco supranacionalismo, governos nacionais fortes

3 - Arquitetura institucional: centralização, legalização, delegação

4 - Estratégias e resultados: a influência da depressão e da guerra



DEPOIS DE 1980 - A redefinição da global governance

A proliferação de princípios

As ONG's a trazerem uma nova agenda: Direitos humanos, princípios ambientais, etc. A crítica igualmente à *Global Governance* em termos de uma mais democrática prestação de contas, ou seja, de uma maior transparência.



A diversidade institucional

Sob condições de globalização o desenho institucional de *governance* mostrou-se menos centralizado e mais diversificado.



A complementaridade nos sítios de governo

Trata-se da colaboração com as capacidades nacionais em vez de as substituir. O sucesso do desenvolvimento passa a estar associado à robustez das instituições nacionais sendo os efeitos da globalização mais positivos em sociedades com “sound institutions”.



A fronteira entre estado e não estado

Por exemplo, o combate às redes terroristas requer um modelo a uma escala e nível de complexidade não previsto num mundo dominado por estados.



A dimensão normativa de *legitimidade*

“The right to rule” (o direito de governar). O *governo* inclui promulgar regras e tentar assegurar a sua execução integrando custos para quem não cumpre e/ou benefícios para quem cumpre.



Quatro perspectivas sobre a **legitimidade** para a *Global Governance*:

1 – Consentimento dos Estados.

Ou seja, as instituições serão legítimas se e só se criadas com o consentimento dos Estados.



2 – Consentimentos dos Estados Democráticos.

Este consentimento também é insuficiente, porque existem estados onde as maiorias perseguem minorias (religiosas, sexuais, por exemplo). Por outro lado, estados democráticos que se isolam voluntariamente (a Suíça integrou a ONU apenas em 2002).



3 - Perspetiva da Democracia Global

Instituições de *global governance* legítimas se e só se são democráticas. E uma vez que estas instituições cada vez mais afetam o bem-estar das pessoas, estas devem ser democráticas, no sentido de dar a todos igualdade de opinião na forma como operam.



4 – O padrão complexo de legitimidade:

- Mínimo de moralidade*
- Benefícios comparativos*
- Integridade institucional*
- Prestação de contas*
- Transparência*



Logo, trata-se de um **conceito dinâmico e relacional**.

A legitimidade de uma instituição não depende apenas das suas características, mas também da relação entre a instituição e os atores fora dela.

Global Governance tem lacunas:

- Lacunas de conhecimento – a inexistência de consenso acerca da natureza, das causas, da gravidade e da magnitude do problema, assim como da informação empírica ou da explicação teórica.
- Lacunas políticas – escolhas mediante instruções de governos nacionais.
- Lacunas institucionais